

David Pohl

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 16: Relações entre currículo e avaliação no ensino de sociologia na educação básica

AS ESCOLAS E O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E  
PROPOSTA DE ESTUDO

Belém, Pará

2021

## **INTRODUÇÃO: O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO E SUA RELEVÂNCIA PARA A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO**

O presente trabalho propõe contribuir para com a compreensão do “estado da arte” da produção acadêmica em nível de pós-graduação no estudo de processos sociais observáveis relacionados ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em contextos escolares. Contemplando o intervalo de 10 anos, de 2009 a 2018, entendido como a primeira década do chamado “Novo Enem”, o artigo faz um levantamento sobre a produção bibliográfica da pós-graduação brasileira em torno da referida problemática. Foram analisados, no total, 522 trabalhos de pós-graduação, dos quais apenas 22 trabalhos (cerca de 4%) problematizam processos sociais observáveis em contextos escolares relacionados ao Enem. Nenhum destes 22 trabalhos está vinculado a programas de pós-graduação em Sociologia. O trabalho demonstra a existência de uma importante lacuna para a Sociologia da Educação no Brasil e visa contribuir para com a construção de trabalhos futuros acerca do tema.

Instituído em 1998 (Brasil/MEC, 1998) e reformulado no ano de 2009 (Brasil/MEC, 2009), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é hoje uma das principais políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil. Desde a sua criação, a adesão ao exame cresceu ano a ano, ainda que tenha se estagnado desde 2016, ano com número recorde de 8,6 milhões de candidatos inscritos. O ENEM, assim como outras políticas públicas em educação no Brasil, figura entre o conjunto de iniciativas do governo no sentido de ampliar e aprimorar seus sistemas de ensino.

Seu embasamento jurídico e político deriva tanto de marcos nacionais como a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2021) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), quanto da adesão do Brasil a pactos internacionais como o Educação Para Todos em Jomtien no ano de 1990, que exerce influência considerável nos Planos Nacionais de Educação (PNEs) e outras políticas de igual envergadura das décadas subsequentes (Brasil/MEC, 2014).

A partir das políticas públicas estabelecidas na década de 1990, os sistemas de ensino no Brasil, desde a educação primária até o ensino superior, passam por um período de expressivo crescimento (Carvalhoes; Ribeiro, 2019; Neves; Martins, 2016; Salata, 2018; Sposito; Souza, 2014). Apesar da considerável expansão na oferta do ensino, que possibilitou o atendimento praticamente universal das crianças em idade escolar no primeiro ano do ensino fundamental, os baixíssimos índices de aprovação escolar do Brasil (Crahay; Baye, 2013 apud Tavares Júnior, 2018) refletem as elevadas taxas de evasão e reprovação do país. Muitos dos

jovens brasileiros sequer chegam ao ensino médio, ainda mais na idade esperada (Tavares Júnior, 2018, p. 8).

A expansão na oferta de ensino e a manutenção de desigualdades sociais trata-se de uma relação persistente mesmo em países significativamente mais igualitários e desenvolvidos economicamente que o Brasil (Neubert, 2014, p. 129). Em um país marcadamente desigual, como é o caso do Brasil, o papel estratégico da educação no aumento de renda e consequente promoção de equidade social pelo seu acesso se constitui em importante elemento de reprodução das distâncias sociais historicamente construídas (Ney; Souza; Ponciano, 2010, P. 35). O Enem, sendo uma política pública voltada para a ampliação do acesso ao ensino superior, visa proporcionar justamente a oportunidade de uma melhor inserção no mercado de trabalho e consequente mobilidade social.

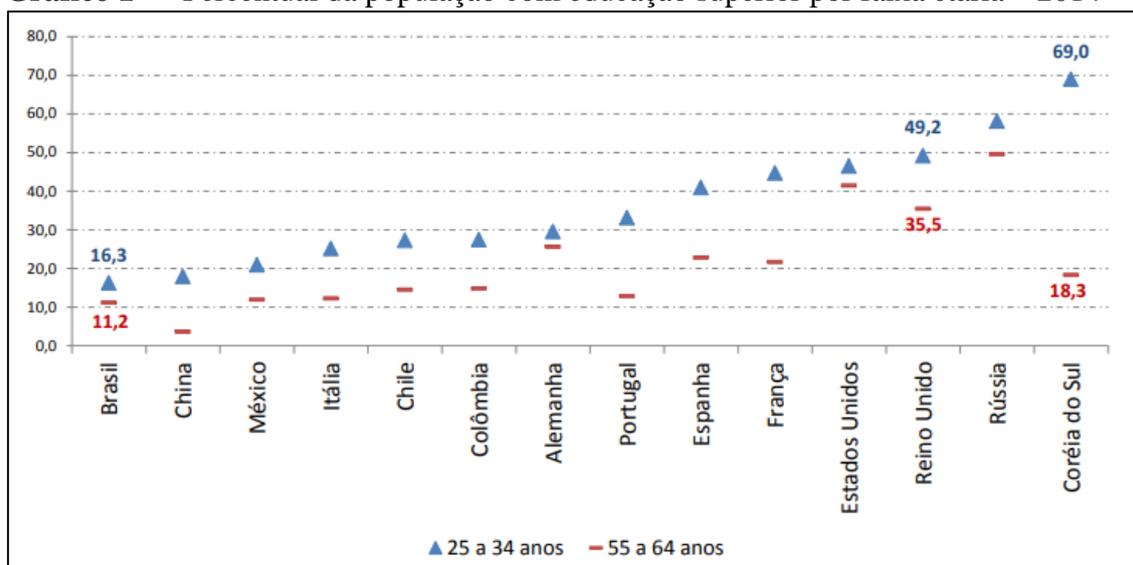
O Programa Universidade para Todos (ProUni) (Brasil, 2005) utiliza a nota do Enem como critério de seleção, além dos critérios socioeconômicos, para a implementação de bolsas de estudos em universidades privadas. O ProUni antecede a reforma do Enem do ano de 2009, que representou significativas alterações no exame, sendo esse o ano de implementação do seu novo formato, batizado de “Novo ENEM”. Também é a partir deste ano que o exame passa a utilizar a Teoria de Resposta ao Item (TRI), mesma tecnologia utilizada por avaliações sistêmicas internacionais como o *Programme for International Student Assessment* (PISA), e já utilizada em avaliações externas dos sistemas de ensino no Brasil desde a década de 1990, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

No ano de 2010, por meio da Portaria MEC nº 1, de 22 de janeiro de 2010 (Brasil/MEC, 2010a), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (Brasil, 2001b), passou a utilizar também o Enem como critério de seleção para a concessão de financiamentos no ensino superior privado. No mesmo ano foi criado o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) pela Portaria MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010 (Brasil/MEC, 2010b), que conta com uma plataforma online na qual é possível utilizar a nota do Enem em processos seletivos de universidades públicas e privadas de todo o Brasil.

A Portaria MEC nº 468, de 3 de abril de 2017 (Brasil/MEC, 2017), dá redação que reforça o caráter individual do resultado da prova e sua utilização em torno do acesso ao ensino superior. Com base nesta portaria, a certificação do ensino médio, antes possibilitada pelo exame, não é mais possível pelo Enem, ficando restrita ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Assim, o ENEM tem reiterada como principal função servir ao ingresso no ensino superior. Neste sentido, após quase 20 anos de existência, o ENEM se consolida como uma política de acesso ao ensino superior altamente relevante.

O Enem, pela sua crescente importância e adesão no território brasileiro, apresenta-se como elemento analítico importante na compreensão acerca da transição da educação básica para o ensino superior no Brasil. Em dados da OCDE (Inep, 2017), que incluem os países membros e parceiros da organização, o Brasil figura como o país com menor percentual da população formada no ensino superior, como mostrado no Gráfico 1, abaixo.

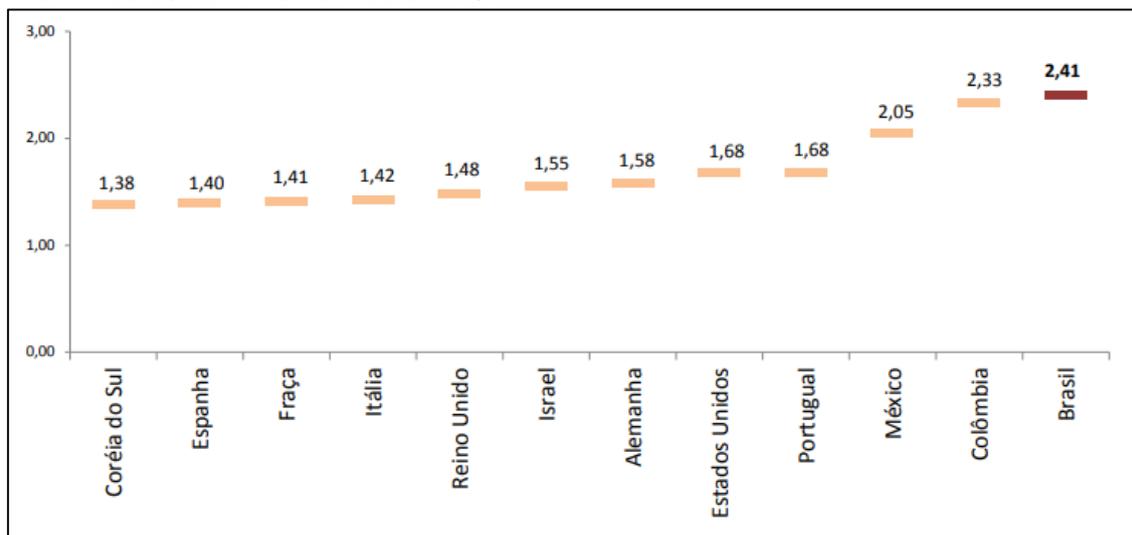
**Gráfico 1** — Percentual da população com educação superior por faixa etária – 2014



**Fonte:** Dados da OCDE extraído de Inep (2017) — Censo da Educação Superior 2016

O Brasil, conseqüentemente, apresenta a maior discrepância entre os ganhos de renda de pessoas que possuem ensino superior e pessoas que possuem apenas o ensino médio, como indicado no Gráfico 2. Apesar de ter vivido um período de redução da desigualdade social — expressa pelo Índice de Gini — a partir dos anos 2000, o Brasil viu esta redução se estagnar e passou de 10º para 9º país mais desigual do mundo (Oxfam, 2018, p. 16).

**Gráfico 4** — Razão entre rendimento de trabalhadores com educação superior e de trabalhadores com ensino médio – 2014



**Fonte:** Dados da OCDE extraído de Inep (2017) — Censo da Educação Superior 2016

Apesar de relativamente panorâmicos, estes dados demonstram um cenário geral de profunda desigualdade social e econômica no Brasil. Aqui, pensamos o acesso ao ensino superior como uma oportunidade de adquirir, ou manter, vantagens econômicas em tal contexto. Consideramos o Enem um ponto de partida possível, e privilegiado, para a problematização da transição, ou ruptura, entre a educação básica e o ensino superior no Brasil. Mais especificamente, estamos interessados em pensar este exame como um objeto possível de estudo sociológico, estruturado em torno de práticas sociais observáveis e motivadas pelo exame no interior de instituições escolares.

Vale destacar também que não apenas este exame participa das formas de ingresso já mencionadas, como também muito recentemente tornou-se a referência principal da BNCC, a Base Nacional Comum Curricular do ensino médio (MEC, 2017). O processo de alinhamento da BNCC ao Enem é um desfecho recente do processo de construção da BNCC, porém ao longo do mesmo já se manifestavam aproximações com as matrizes de referência do Enem (SILVA; ALVES NETO; VICENTE, 2015, p. 340).

Compreender de que modo o ENEM opera ao nível das escolas, trata-se de investigar enquanto problema sociológico sua inserção, significação e valoração empreendidas pelos agentes sociais envolvidos, bem como os processos sociais decorrentes disto. A “dimensão escolar” do Enem é justamente a consideração de que as expectativas dos atores escolares quanto à continuidade dos estudos dos alunos e alunas de suas escolas, por exemplo, podem ser motivadoras de práticas sociais que influenciem em tal processo de continuidade. Os contextos escolares são, portanto, um *locus* de análise da implementação do Enem enquanto política

pública, ainda que este não possua em sua prescrição intervenções específicas nas instituições de educação básica.

Longe de se configurar em um campo científico unitário, a sociologia da educação apresenta diferentes conflitos e intersecções internas e externas ao seu campo de atuação. Campo este que se desenvolve atrelado à expansão e consolidação dos próprios sistemas de ensino ao longo do século XX (Ferreira, 2006, p. 106). Os balanços bibliográficos que objetivam investigar o estado da arte de uma temática possibilitam a organização e análise de determinado campo de estudo (Romanowski; Ens, 2006, p. 39). No caso deste texto, propusemos contribuir para a compreensão do estado da arte quanto estudo do Enem em contextos escolares e, conseqüentemente, com a organização e análise do campo da Sociologia da Educação no Brasil.

Mehta e Davies (2018, p. 17) propõem a divisão da sociologia da educação, em nível analítico, em cinco frentes que se destacam pelo alcance de sua influência e consolidação no meio científico internacional, ainda que a análise destes autores se restrinja a periódicos norte-americanos. A primeira frente é a que se dedica ao estudo da reprodução social e obtenção de status, bastante popular também no Brasil, alinha-se com a influência francófona, de Pierre Bourdieu por exemplo, na sociologia brasileira. A segunda frente é a sociologia nomeada pelos autores como a do aprimoramento escolar, que se dedica ao monitoramento de políticas públicas e fatores escolares que possam promover mais ou menos sucesso em seus sistemas de ensino. Na sociologia da educação brasileira, algumas coletâneas vêm se organizando em torno deste tema (Brooke; Soares, 2008; Tavares Júnior, 2018).

A terceira sociologia da educação, também bastante disseminada no Brasil, é a sociologia crítica da educação. De raiz marxista e representada por Michael Apple, Henry Giroux, Paulo Freire, Bowles & Gintis, Geoff Whitty e McLaren, para citar alguns dos mais conhecidos, este eixo combina a crítica às desigualdades educacionais com uma análise da dominação implícita em reformas educacionais de grande abrangência. Tendo sido ampliada para agregar questões sobre gênero, raça e sexualidade, dentre outros temas, esta sociologia da educação foi aos poucos adquirindo um contorno diferente de seu neomarxismo inicial (Mehta; Davies, 2018, p. 24). Mehta e Davies (2018) criticam a rejeição empírica e a excessiva metateoria de muitas de suas correntes, apontando que esta modalidade de sociologia da educação caminha para um processo de isolamento em relação às demais.

A quarta sociologia da educação se refere ao estudo do ensino superior, esta linha sociológica é definida mais por seu tema de estudo do que por seu compêndio teórico e metodológico. Com mais proximidade com a sociologia organizacional, esta frente sociológica

coloca em questão o desenvolvimento das instituições universitárias em relação aos seus determinantes e efeitos sociais particulares. O destaque deste modelo de sociologia é em parte apologético, pelos autores, em sua crítica por ser negligenciado nas revisões majoritárias da sociologia da educação internacional (Mehta; Davies, 2018, p. 28). Este fato demonstra um contraste com o protagonismo do estudo da temática do ensino superior que se constata na sociologia da educação brasileira circunscrita aos programas de Sociologia e Ciências Sociais (Oliveira; Silva, 2014, 2016).

Por fim, a quinta sociologia da educação ocorre sob o viés da nova sociologia institucional, no Brasil muito mais identificada com a área de ciências sociais aplicadas, como a administração ou contabilidade. Aplicada à educação, esta frente estuda de que modo agentes internalizam e operam regras institucionais de escolas e conseqüentemente dão forma e vida ao que é prescrito normativamente. A pouca exploração desta temática nos estudos de educação no Brasil também indica uma importante possibilidade de contribuição da sociologia institucional no estudo de políticas públicas educacionais no país.

No Brasil, o desenvolvimento de uma sociologia da educação não ocorreu nos mesmos moldes e nem no mesmo campos dos centros de irradiação internacionais acadêmicos. Oliveira (2018, p. 62) aponta a forte influência destes centros tradicionais da sociologia da educação, principalmente da França, sendo reflexo disso o intenso intercâmbio acadêmico de brasileiros nas faculdades de ciências da educação nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil. Não estranhamente, é notória a sólida disseminação da teoria de Pierre Bourdieu no Brasil (Costa, 2010 apud Oliveira, 2018, p. 63).

Outro contorno brasileiro que a sociologia da educação assume é uma espécie de divisão social do trabalho acadêmico. De acordo com Silke Weber (2015, p. 146), no Brasil, ocorre uma espécie de divisão do trabalho na sociologia da educação entre programas de pós-graduação em Educação e Sociologia, ou Ciências Sociais. Os primeiros se ocupariam da investigação de fenômenos ligados à educação básica, enquanto os segundos das questões referentes ao ensino superior.

O Enem, como justificado anteriormente, é uma política pública de altíssima relevância e possibilita uma compreensão sistêmica da educação no Brasil por estar presente justamente na transição da educação básica para o ensino superior. Sua investigação em contextos escolares, por meio da análise de processos e problemáticas sociológicas observáveis, possibilita a obtenção de dados e a produção de trabalhos úteis tanto para a sociologia da educação quanto para o campo da análise de políticas públicas. Apresentaremos a seguir os

dados referentes à produção acadêmica brasileira em programas de pós-graduação no primeiro decênio do “Novo Enem”, de 2009 a 2018.

## **METODOLOGIA E RESULTADOS: O “NOVO ENEM” EM CONTEXTOS ESCOLARES EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL**

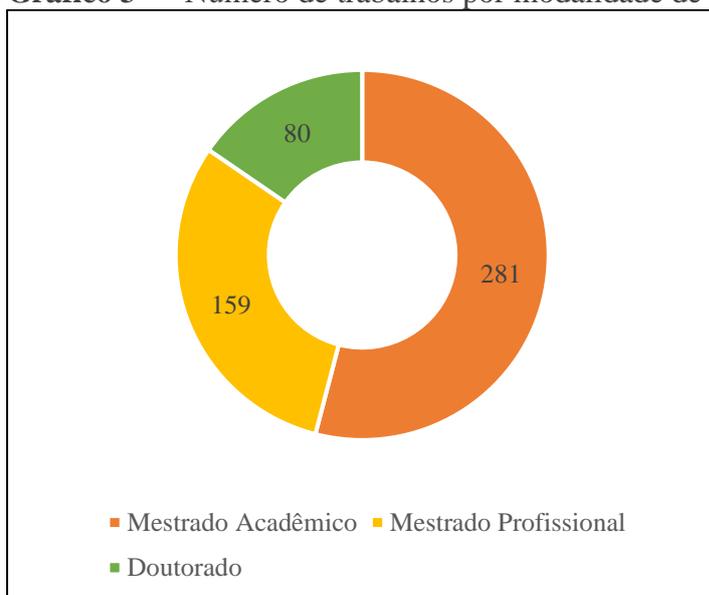
Na medida em que o Enem passou a adquirir mais importância no âmbito das políticas públicas em educação, também houve o crescimento do número de trabalhos e pesquisas que o tomassem como objeto de estudo, ou como elemento da pesquisa. A presente revisão bibliográfica incluiu exclusivamente trabalhos de conclusão de mestrados acadêmicos, mestrados profissionais e doutorados, disponibilizados pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2021), deixando de lado livros e artigos publicados em periódicos ou anais de eventos. Nos termos de Romanowski e Ens (2006, p. 40) também seria possível classificar esta investigação como a de um “estado de conhecimento”, por não abarcar publicações de outra natureza.

Considerando que o formato atual da prova, o “Novo Enem” tem como marco o ano de 2009. Além da consolidação enquanto política pública do Enem à época, tomamos o intervalo de 10 anos de publicações de teses e dissertações de 2009 a 2018<sup>1</sup> como período de referência da presente revisão. Este período também confere mais atualidade à revisão e abrange o decênio de maior produtividade acadêmica quanto ao Enem. Na primeira década o número de trabalhos encontrado foi de 47 trabalhos de conclusão. Já na segunda década, utilizando o descritor “exame nacional do ensino médio” no portal de pesquisa Catálogo de Teses e Dissertações Online da CAPES (CAPES, 2021), a pesquisa retornou 522 trabalhos de conclusão: 80 de doutorados, 281 de mestrados acadêmicos e 159 de mestrados profissionais, como mostrado no Gráfico 3.

---

<sup>1</sup> Para a leitura de uma revisão da produção científica sobre o Enem de 1998 a 2007, consultar o trabalho de Reis (2009).

Gráfico 3 — Número de trabalhos por modalidade de curso de pós-graduação – 2009 – 2018



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Catálogo de Teses e Dissertações — CAPES

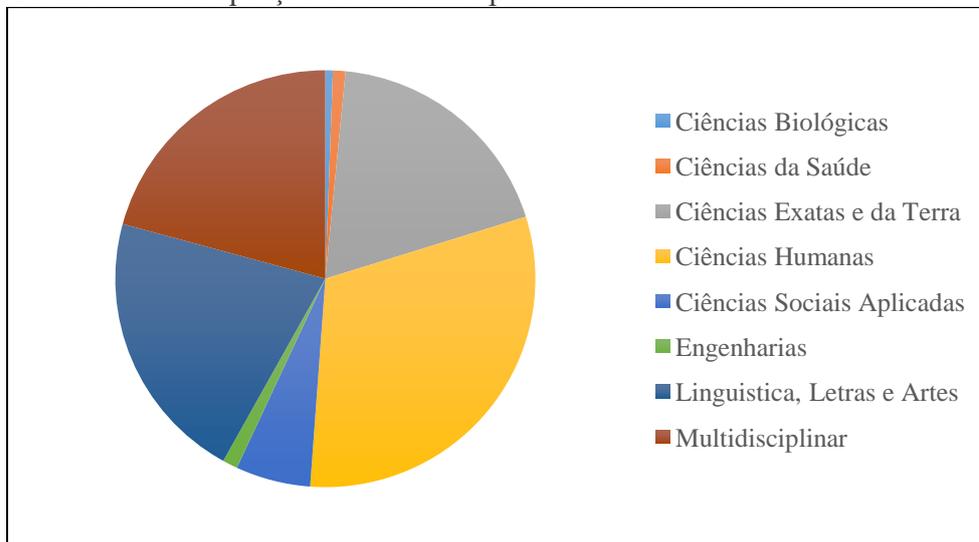
Se comparados com a totalidade de outros trabalhos da área, trata-se de um tema de pouca repercussão. Apenas o descritor “ensino” com os mesmos recortes tem 88.638 resultados, o descritor “educação” tem 102.691. Se comparados com estes totais, a quantidade relativa de trabalhos que incluem o Enem em sua temática neste decênio seria respectivamente de 0,59% e 0,51% aproximadamente.

Se considerada a categoria “Grandes Áreas do Conhecimento”, como mostrado no Gráfico 4, veremos que as humanidades ainda lideram a produção sobre o Enem, mas a diversidade de trabalhos também é notória. Se considerarmos a categoria “Área de Conhecimento”, como subcategoria da “Grande Área de Conhecimento”, veremos que o Enem aparece como parte do tema de pesquisa de uma grande variedade de trabalhos, sendo a subárea com mais trabalhos a Educação (100), seguida da Matemática (72) e Ensino de Ciências em Matemática (52). A área de Sociais e Humanidades conta com 17 trabalhos e Sociologia com sete apenas.

Ressalta-se que o grande número de trabalhos na área de Matemática, bem como de outras áreas, se deve principalmente aos mestrados profissionais. Apenas um trabalho da área de conhecimento da Matemática é acadêmico, por exemplo. Apesar de ser característico o foco no ensino de disciplinas específicas, o desenvolvimento de tecnologias didáticas ou análise de questões de exames dos trabalhos desta modalidade de pós-graduação, mantivemos os mestrados profissionais no *corpus* de análise pela possibilidade de análises compatíveis com a problemática desta pesquisa em seus trabalhos de conclusão. Além disso, trata-se de um dado para indicar caminhos de pesquisa futuros que considerem a contribuição dos mestrados

profissionais na construção do conhecimento acerca das instituições escolares, posto ainda que só existem trabalhos a partir do ano de 2013 desta modalidade na plataforma.

**Gráfico 4** — Proporção de trabalhos por “Grande Área do Conhecimento”



**Fonte:** elaboração própria a partir de dados do Catálogo de Teses e Dissertações — CAPES

Foram lidos os resumos de todos os 522 trabalhos. No caso de o resumo ser muito vago, ou confuso, o trabalho foi consultado em sua íntegra. Ao analisar os resumos destes trabalhos, ficou evidente a versatilidade da produção acadêmica brasileira sobre o Enem em termos de produção científica. O Enem se apresenta tanto como objeto de estudo ou como parte das ferramentas de estudo, enquanto fonte de dados ou como parâmetro de desempenho. Nos mestrados profissionais é frequente o uso do Enem como referência da elaboração de tecnologias de ensino, seja na criação de tecnologias inspiradas em sua estrutura, ou no desenvolvimento de técnicas voltadas para melhorar o desempenho dos alunos no exame.

Muitos trabalhos apresentam análises detalhadas das provas do Enem, identificando temas de interesses em suas questões por meio de técnicas de análise do discurso ou hermenêutica. Outros trabalhos versam sobre os efeitos sociais do Enem em outras esferas da vida social, como os meios de comunicação ou em relação a outras políticas públicas, restringindo-se às macroesferas sociais. Foram identificados mesmo trabalhos que não se relacionavam de modo geral com a educação, mas que utilizavam os dados socioeconômicos do exame como parte de sua discussão. Muitos trabalhos também se ocupam de compreender as variáveis que influenciam a nota do Enem, tomando-o como variável dependente da análise.

Há trabalhos que se aproximam mais da problemática proposta, mas que também foram considerados como diversos do que se buscava. Trabalhos que: investigavam as percepções dos alunos por meio de seus discursos na redação; blocavam o Enem com outras políticas públicas;

problematizavam condições de acessibilidade no momento de realização da prova ou consideravam os efeitos da prova no ensino superior — apesar de muito importantes na compreensão dos efeitos sociais do Enem, não tratavam diretamente de seus efeitos no ambiente escolar e por isso foram desconsiderados.

Possivelmente a problemática mais próxima tenha sido a de pesquisas que analisavam a compreensão dos agentes escolares acerca do Enem. Estas pesquisas foram desconsideradas, pois avaliavam o quanto os agentes escolares conheciam os conteúdos trabalhados pelo exame, por vezes em conjunto com as prescrições de “políticas públicas em educação” de forma geral. Logo, apesar de contextualizadas às escolas, não problematizavam fenômenos sociais causados pelo Enem, mas antes usavam-no como critério de análise.

Os critérios da identificação de problemáticas semelhantes à da pesquisa foram dois: se o Enem era problematizado internamente às escolas; se a análise pensava o Enem como causa e não efeito de fenômenos sociais. O critério do ambiente escolar diz respeito a se verificar efeitos locais do Enem que repercutam por toda a comunidade escolar estudada. Pensar o Enem como causa de fenômenos sociais é basicamente não utilizar seus resultados como parâmetro qualificador dos contextos estudados ou investigar quais fatores explicam o desempenho dos alunos, por exemplo. Ao final da seleção foram identificados 57 trabalhos, dos quais 35 abordavam o ENEM em torno das práticas pedagógicas de uma disciplina específica — processo traduzido comumente como “efeito retroativo” — e não do corpo escolar como um todo. Portanto, foram identificados 22 trabalhos neste decênio que de fato abordavam o Enem como um possível motivador de práticas sociais observáveis em contextos escolares.

**Tabela 1** — Trabalhos cuja problemática envolva o efeito direto do Enem em escolas

Modalidade	Programa	Estado
Mestrado (15) <sup>2</sup>	Desenvolvimento Regional	AP
	Economia de Empresas	SP
	Educação (9)	ES; GO; MG (2); PA; RO; SP (3)
	Educação em Ciências Química da Vida e Saúde	RS
	Ensino na Educação Básica	ES
	Letras (2)	RS; BA
Mestrado Profissional (4) <sup>3</sup>	Economia	SP
	Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local	MG
	Matemática em Rede Nacional	RJ
	Políticas Públicas e Gestão Educacional	RS
Doutorado (3) <sup>4</sup>	Economia	SP
	Educação (2)	SP; RS

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da CAPES

Dos 522 trabalhos analisados, apenas aproximadamente 4% deles problematizam o Enem de como motivador de práticas sociais nos contextos escolares e, como indicado na Tabela 1, nenhum deles está na área das Ciências Sociais ou mesmo da Sociologia. Tratando-se de um pequeno número de trabalhos de acordo com uma abordagem específica é preciso cautela para extrapolar o nível descritivo destes dados e considerar este conjunto como representativo da produção acadêmica acerca do Enem como um todo.

Cabe observar, mesmo ao nível descritivo: a concentração dos trabalhos nas regiões Sul e Sudeste; o fato de 65% dos trabalhos serem de instituições públicas e 35% de instituições privadas; e a maioria dos trabalhos serem da autoria de mulheres, na proporção de 75%. A

<sup>2</sup> Os trabalhos constam nas referências bibliográficas deste trabalho em ‘Monografias’, nestas notas constam ordenados de acordo com a Tabela 1: SANTOS, 2014; CAMELO, 2010; BREGENSK, 2016; MESSINA, 2016; SILVA, 2009; NASCIMENTO, J. 2017; FONSECA, 2010; GONÇALVES, 2017; CORDEIRO, 2017; NASCIMENTO, A. 2017; GREVE, 2017; SANTOS, 2016; PEROBA, 2017; VELOSO, 2018; SANTOS, 2017.

<sup>3</sup> BESSA, 2017; MARQUES, 2013; PALHARES, 2014; HUNDERTMARCK, 2017.

<sup>4</sup> LEPINE, 2016; PIUNTI, 2015; SILVA, 2018.

metodologia e referencial teórico são bastante diversos, pelo próprio caráter fragmentário deste conjunto de trabalhos, contudo, é frequente o delineamento de pesquisa de estudos de caso, ainda que haja ensaios ou mesmo análises quantitativas para cobrir mais de uma instituição ou discutir a influência do Enem em escolas de modo mais geral.

Foi buscada no corpo dos trabalhos, em sua íntegra, a combinação de palavras “sociologia da educação” para se verificar o uso deste referencial teórico. De fato, esta combinação de palavras é praticamente inexistente, ou bastante superficial, dentre estes trabalhos, aparecendo em breves menções em dois trabalhos e em títulos de obras nas referências bibliográficas de dois trabalhos também. Constata-se que dentre a produção acadêmica brasileira, ao nível de monografias, um trabalho que problematize o Enem no âmbito da escola enquanto motivador de fenômenos sociais sob o olhar da sociologia da educação seja ainda inédito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados apresentados evidenciam três pontos principais, todos estes sugerindo lacunas a serem preenchidas nas investigações científicas da pós-graduação brasileira. O primeiro é a presença do Enem como temática de pesquisa em apenas 0,60% dos trabalhos de conclusão na área de educação e ensino. O segundo é a baixa utilização de métodos mais diretos de observação e trabalho de campo por meio da investigação em contextos escolares e a predileção por dados quantitativos e secundários sobre o tema. A terceira é a desconsideração do Enem como um fator que possa causar alteração em contextos escolares.

A lacuna que objetivamos aqui expor se refere ao campo da sociologia educacional brasileira e ao próprio estudo do Enem enquanto política pública. Em um sentido geral, propusemos verificar em um primeiro momento a compreensão do Enem como um elemento não apenas referente ao ensino superior, mas também há educação básica. E em um segundo momento, as evidências desta associação na produção acadêmica da pós-graduação brasileira. A conclusão deste trabalho mistura-se, pois, com a proposição do objeto de estudo apresentado para investigações futuras. Verificar o potencial de interferência do Enem em contextos escolares pode revelar como a transição da educação básica para o ensino superior é problematizada como questão social na educação básica. Além disso, o contexto escolar, ainda que o Enem seja facultativo e de adesão individual, corresponde a uma instituição chave para o processo de implementação de uma das principais políticas públicas em educação do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESSA, Jonyson T. de S. **A importância do ranking do ENEM para a sociedade e as diferenças entre as redes de ensino.** 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional) — Universidade Federal Rural do Semi-árido, Rio de Janeiro, 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, p. 27833, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998. **Diário Oficial da União:** seção 1, n. 102–E, p.5, 01 jun. 1998.
- BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o fundo de financiamento ao estudante do ensino superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, p. 2, 13 jul. 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos — PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** p. 7, 14 jan. 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria INEP nº 109, de 27 de maio de 2009, **Diário Oficial da União:** seção 1, n. 100, 28 mai. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 01, de 22 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior — Fies, regulamenta a adesão de mantenedoras de instituições de ensino não gratuitas e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, n. 17, p. 65, 26 jan. 2010a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 02, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. **Diário Oficial da União:** seção 1, n. 18, 27 jan. 2010b.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000 – 2015.** Brasília: MEC, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 468, de 3 de abril de 2017, **Diário Oficial da União:** seção 1, n. 65, p. 40, 04 abr. 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 09 mai. 2021.
- BREGENSK, Kenya M. G. **Trabalho docente e Exame Nacional do Ensino Médio: tensões e dilemas.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- BROOKE, Nigel; SOARES, José F (orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CAMELO, Rafael de S. **Exames curriculares e resultados educacionais:** uma análise do exame nacional do ensino médio. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) — Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

CAPES [Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. **Catálogo de Teses e Dissertações Online.** Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 09 mai. 2021.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos A. C.; Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo soc. [online]**, v. 31, n. 1, p. 195–233, 2019.

CORDEIRO, Adriana de D. **Política pública de avaliação educacional:** o ENEM e o ensino médio em escolas públicas de Vilhena – RO. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

FERREIRA, Rosilda A. Sociologia da educação: uma análise de suas origens e desenvolvimento a partir de um enfoque da sociologia do conhecimento. **Revista Lusófona de Educação**, n. 7, p. 105–120, 2006.

FONSECA, Rosânia A. de S. **ENEM — Exame Nacional do Ensino Médio 1998–2007:** olhares da escola pública mineira através da voz de gestores, pedagogos e professores de escolas da rede pública estadual de Passos (MG). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

GONÇALVES, Simone J. **Uso dos resultados do ENEM por escolas públicas estaduais de Campinas:** voz de gestores, professores e alunos. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

GREVE, Larissa F. **SARESP e ENEM:** efeitos no currículo do ensino médio integral em escolas públicas estaduais do município de Campinas na percepção de gestores e professores. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

HUNDERTMARCK, Bruno S. **Políticas educacionais e ensino médio:** o Exame Nacional do Ensino Médio em xeque!. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. **Censo da Educação Superior 2016:** divulgação — Coletiva de Imprensa. Brasília, D.F.: INEP, 31 ago. 2017. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/apresentacao/2016/apresentacao\\_censo\\_educacao\\_superior.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2016/apresentacao_censo_educacao_superior.pdf). Acesso em: 08 jul. 2019

LEPINE, Andrea G. **Ensaio em economia da educação no Brasil.** 2016. Tese (Doutorado em Economia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARQUES, Bruno A. de A. **Impacto da divulgação das notas no ENEM na concorrência entre escolas.** 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) — Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

MEC [Ministério da Educação]. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base (ensino médio). Brasília: MEC, 2017.

MEHTA, Jal; DAVIES, Scott (eds.). **Education in a new society.** Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2018.

MESSINA, Natalia. **Exame Nacional do Ensino Médio: razões e contradições**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2016.

NASCIMENTO, Aracelli A. do. **As ações de gestores e professores a partir dos resultados do ENEM**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

NASCIMENTO, Juvenilto S. **Exame Nacional do Ensino Médio no Brasil: das intencionalidades às formas de legitimação pelas escolas no jogo das classificações e desclassificações**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

NEUBERT, Luiz F. Expansão educacional e desigualdade de raça no Brasil. **Ed. Foco**, Juiz de Fora, v. 18, n. 3, p. 117–146, 2014.

NEVES, Clarissa E. B.; MARTINS, Carlos B. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER *et al.* (orgs.). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea, 2016.

NEY, Marlon G.; SOUZA, Paulo M.; PONCIANO, Niraldo J. Desigualdade de acesso à educação e evasão escolar entre ricos e pobres no Brasil rural e urbano. **Inter Science Place**, ano 3, n. 13, p. 33–55, mai./jun. 2010.

OLIVEIRA, Amurabi. Repensando a Sociologia da Educação no Brasil: ações afirmativas e teoria do sul. **Revista de sociologia de la Educación (RASE)**, v. 11, n. 1, p. 59–69, 2018.

OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila F. da. A sociologia, os sociólogos e a educação no Brasil. **RBCS**, v. 31, n. 91, jun. 2016.

OXFAM. **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo: Brief Comunicação, 2018.

PALHARES, Celina M. B. **O ENEM e as mudanças nos métodos de avaliação da aprendizagem: um estudo sobre a influência no ensino médio em uma escola mineira**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) — Centro Universitário UMA, Belo Horizonte, 2014.

PEROBA, Keila C. F. **O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e suas implicações no contexto escolar: o caso da Escola Estadual de ensino médio ‘Emir de Macedo Gomes’ em Linhares–ES**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) — Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2017.

PIUNTI, Juliana C. P. **O exame Nacional do Ensino Médio: uma política reconstruída por professores de uma escola pública paulista**. 2015, Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

REIS, Luciano A. C. **ENEM: um estudo sobre a produção acadêmica disponibilizada no Banco de Teses da CAPES (1999–2007)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Católica de Santos, Santos, 2009.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em Educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, Mariana S. M. dos. **Pensando fora da caixa: uma discussão sobre os novos dispositivos de avaliação, currículo e escola privada**. 2016. Dissertação (Mestrado em

Educação em Ciências: Química da Vida e da Saúde) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SANTOS, Shirly S. **A gestão educacional e o ENEM: desdobramentos na realidade do Amapá (1998–2010)**. 2014. Dissertação (Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional) — Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

SANTOS, Veronica M. A. dos. **O ENEM e(m) representações sociais de alunos da 3ª série do ensino médio de uma cultura escolar local**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens) — Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

SILVA, Claudene S. da. **O Exame Nacional do Ensino Médio — ENEM e suas repercussões nos trabalhos pedagógicos dos professores do ensino médio do município de Oriximá**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Estado do Pará, Belém, 2009.

SILVA, Ileizi L.; ALVES NETO, Henrique F.; VICENTE, Daniel V. A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 51, n. 3, p. 330–342, set./dez. 2015.

SILVA, Simone G. da. **Governamentalidade neoliberal, educação e modos de subjetivação: o discurso do ENEM**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SPOSITO, Marília P.; SOUZA, Raquel. Desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil. *In*: KRAWCZYK, Nora (org.). **Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez, 2014.

TAVARES JÚNIOR, Fernando (org.). **Rendimento educacional no Brasil**. Juiz de Fora: CAEd/FADEPE/UFJF, 2018.

VELOSO, Luiene da Silva. **Os efeitos retroativos do Exame Nacional do Ensino Médio e outros exames externos em uma escola pública estadual**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

WEBER, Silke. A Sociologia da Educação no Brasil: entrevista com Silke Weber. [Entrevista concedida a Amurabi Oliveira]. **Revista de Cultura e Política**, v. 5, n. 1, p. 135–155, set. 2015.